

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

EMANCIPAÇÕES DISTRITAIS - NOTAS DE DISCUSSÃO

Aldomar Arnaldo Röckert

Boletim Gaúcho de Geografia, 12: 49-53, maio, 1984.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37787/24375>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - maio, 1984

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

"EMANCIPAÇÕES DISTRITAIS - NOTAS DE DISCUSSÃO"

Aldomar Arnaldo Rückert*

Estas notas de discussão são parte de uma reflexão mais ampla que pretendemos encetar, a nível teórico sobre urbanização do campo como produção e apropriação do espaço, e a nível empírico sobre casos de emancipação ocorridos no Rio Grande do Sul nos anos de 1981 e 1982.

Pretendemos enfocar aqui, mais especificamente, o relato inicial da questão emancipacionista no Rio Grande do Sul; a escolha de um referencial empírico localizado no Planalto Gaúcho (os casos de Jóia, Fortaleza dos Valos, Salto Grande do Jacuí e Ibirapuitã). Finalmente, relatar as experiências iniciais, a nível de reflexão e pesquisa de campo sobre o caso do novo município de Jóia.

Por ocasião da discussão do comunicado "As Pequenas Cidades Coloniais do Norte do Rio Grande do Sul" (IV ENG - Rio de Janeiro, 1980), procurávamos salientar que as atenções dos geógrafos haviam se voltado em demasia para o estudo das cidades grandes e regiões metropolitanas. Estas atenções, cremos, devem ser entendidas na perspectiva da Geografia como "ciência utilitária" ou pragmática, a serviço dos órgãos de planejamento governamentais, com muita ênfase na década de 70 no Brasil. Hoje, é necessário voltarmos a atenção com mais intensidade para os processos sócio-econômico-espaciais que se processam nos espaços geométricos e economicamente periféricos, mais especificamente no "hinterland" brasileiro.

Morse afirma que a cidade pequena tem sido esquecida nas ciências sociais. "Dado o fato de que na maior parte da América Latina, dois terços ou mais dos migrantes provêm de povoados e de pequenas cidades, pergunta-se: porque os estudiosos contemporâneos das ciências sociais lhes dão tão pouca atenção?" (MORSE, R. La Investigación Latino Americana. Tendências y Planteos. p.93. Traduzido). Santos argumenta igualmente neste sentido: "A maioria dos estudos urbanos em países subdesenvolvidos, se interessa de preferência pelas cidades grandes, principalmente pelo fenômeno da macrocefalia.

* Departamento de Geociências da Universidade de Passo Fundo.

Agradecemos à Profª Claudete Gomes pela revisão de texto.

Todavia, se considerarmos com atenção tanto as estatísticas como a realidade, vemos perfilar-se outro fenômeno no urbano, o das cidades locais que, a nosso ver, merece tanto interesse quanto o "precedente". (SANTOS, M. Espaço e Sociedade, p. 69).

Neste sentido, tentávamos discutir uma linha de pesquisa que considerasse, como objeto empírico, a cidade local, pequena ou embrionária, eminentemente caracterizada no Rio Grande do Sul, em sua maioria, como cidades rurais. Como hipótese de discussão, levantávamos, dentre outras, a questão das novas emancipações distritais no Estado.

Em Dezembro de 1979, estavam registradas na Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, quarenta e dois (42) pedidos de comissões emancipacionistas. Dentre outros, Cerro Branco pretendia desmembrar-se de Cachoeira do Sul; Charqueadas de São Jerônimo; Capão da Canoa de Osório; Cotiporã de Veranópolis; Palmares do Sul de Osório; Pinhal de Tramandaí; Butiutuva de Mostardas; Capão da Porteira de Viamão; Terra de Areia de Osório e Torres, e Fortaleza dos Valos de Cruz Alta (ZERO HORA, 8 de Dezembro de 1979, p. 8). Além destes, Ibirapuitã desejava sua emancipação de Soledade, ao mesmo tempo que Salto Grande do Jacuí visava emancipar-se de Espumoso e Vila Jôia de Tupanciretã. Com estes processos de emancipação, segundo opinião jornalística e mitida, estaríamos aumentando o número de pequenos municípios, criando-se verdadeiros minifúndios municipais, com núcleos sede de pouco mais de 1.500 habitantes. (EDIÇÃO Regional. "Correio Serrano" de Ijuí, o "Expresso" de Santa Maria e "Diário Serrano" de Cruz Alta. 5 de Outubro de 1979, p. 14). Portanto, o violento processo de fracionamento municipal, ocorrido no Rio Grande do Sul, principalmente no norte e noroeste, de 1954 a 1965, de fato não terminou.

Os distritos de Languirú, Teutônia e Canabarro em Estrêla, já em 1964, fizeram a primeira tentativa de emancipação, que resultou frustrada. Mas, a partir de 1976, a luta emancipacionista voltou a ganhar força e, em 15 de Maio de 1981, a Assembléia Legislativa aprovou a realização do plebiscito naqueles distritos. Em 26 de Maio de 1981, o plebiscito acusou o "Sim" como favorável, e a Lei nº 7.542, de Outubro de 1981, criou o novo município de Teutônia.

Aparentemente, a emancipação do novo município de Teutônia li-
derou as novas emancipações que se seguiram, em número de 11 (onze), para um Estado que não emancipava nenhum distrito desde 1965. A imprensa registrou e fez prospectivas em manchetes: "Já foi criado o 233º município gaúcho, mas em breve o Estado deverá ter pelo menos 240 municípios... Capão da Canoa será a 234ª cidade gaúcha... Comunidade de Vila Jôia já se considera pronta... Cotiporã quer um pedaço de Veranópolis e outro de Guaporé... Charqueadas quer ter o seu progresso... (ZERO HORA, 7 de Junho de 1981, pp. 30-1. O grifo é nosso). A importância que a imprensa deu ao "estouro" das novas emancipações, conforme as manchetes aqui citadas, parecem atestar aquilo que poderíamos chamar de mais uma retalhação no espaço geográfico do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 1982, de fato, o Estado passa a ter mais onze (11) novos municípios. Capão da Canoa emancipou-se de Osório no dia 12 de Abril de 1982; Charqueadas de São Jerônimo, em 28 de Abril de 1982;

parobé de Taquara, no dia 3 de Maio de 1982. Neste mesmo dia Fortaleza dos Valos emancipava-se de Cruz Alta e Capão do Leão de Pelotas. No dia 12 de Maio, emanciparam-se Cotiporã de Veranópolis; Bom Princípio de São Sebastião do Caí; Palmares do Sul de Osório; Tavares de Mostardas; Jóia de Tupanciretã e Salto do Jacuí de Espumoso. (Ver anexo)

A compreensão do conceito de urbanização do campo poderia dar-se a partir de um quadro referencial, que levasse em conta, básica e genericamente, o comportamento do capitalismo urbano industrial e financeiro nos países subdesenvolvidos e sua penetração em todo o espaço nacional, articulando-o aos centros de interesses nacionais e mundiais. Nesta ótica, a compreensão da articulação dos interesses das sociedades localizadas mais no interior, nos espaços periféricos em última escala, no "fim da hierarquia urbana" e no campo, passam a ser objetos de atenção. A emancipação distrital é, eminentemente, a concretização de interesses locais de comando e de integração aos interesses maiores do capitalismo no subdesenvolvimento.

À medida que a burguesia passa, na história, a dominar o campo, locando os meios de produção, bens e população na cidade, rompe-se a tradicional separação entre campo e cidade. O espaço rural passa a incorporar-se ao processo produtivo urbano. Nas sociedades urbanas industriais do "1º Mundo", desenvolve-se o fenômeno da metropolização contemporânea, que passa a subordinar os centros inferiores do "3º Mundo", principalmente.

O Estado subdesenvolvido passa a ser um agente de expansão do capitalismo urbano industrial e financeiro dos países desenvolvidos. O Estado nacional e o capital transnacional implantam no "3º Mundo" formas "modernas" de acumulação de capital, urbanizam o campo, instalam programas de urbanização da agricultura, de especialização da agricultura para o mercado de exportação e agro-indústria, drenando o campo de seus recursos e de pessoas. O êxodo rural passa a ser a pobreza rural na cidade. Na faixa de fronteira agrícola, a urbanização se alastra como evidência da necessidade de incorporar novas terras ao capital e do uso da mão-de-obra barata na agricultura, da mesma forma como na cidade.

Procura-se levar a discussão teórica da urbanização do campo, também como produção e apropriação do espaço pelos interesses do grande capital, assim como das sociedades locais. Busca-se compreender como a divisão social e territorial do trabalho, via divisão internacional e inter-regional do trabalho, vem agindo na organização espacial do país e das regiões, alterando a formação sócio-espacial brasileira e regional. Nestas alterações estão modificando-se as relações cidade e campo. A cidade está penetrando no campo, não como paisagem urbana que se alastra, mas como os interesses das classes urbanas penetrando e dominando aos interesses da sociedade rural, comandando-os cada vez mais e explorando o campo em função da especialização produtiva. Na urbanização do campo, as cidades embrionárias estruturam-se não só como escoadoras da produção agrícola, mas também como consumidores da sociedade urbano industrial brasileira. A hierarquia urbana passa a refletir com maior intensidade a divisão territorial do trabalho, tanto a nível do país como um todo, como a nível das regiões e dos lugares distantes.

Entendemos os lugares distantes como a vila e seus arredores. Estes, devem ser vistos como lugares últimos, e, como diz Santos, estar longe é sinônimo de ser prejudicado. "Por toda a parte, estar distante é sinônimo de ser prejudicado; nos países subdesenvolvidos estar distante é ainda pior; é se condenar a ser pobre." (SANTOS, M. O Espaço Dividido, p. 229). Neste processo de transformação das relações da sociedade urbana e da sociedade rural, como essência, e das relações cidade e campo como aparência, tenta-se examinar determinadas manifestações da urbanização do campo e urbanização rural que estão ocorrendo em distritos emancipacionistas do centro do Planalto Gaúcho do Rio Grande do Sul.

As indagações iniciais, de caráter exploratório eram: 1. Qual seria a lógica da emancipação distrital? 2. Como articulam-se as relações sociais e a rede urbana, na drenagem de recursos que o município sede efetiva na dominação político-administrativa? 3. Como articulam-se os grupos nas sociedades locais em questão para apoderar-se de seu próprio espaço e articular-se à sociedade mais ampla e ao espaço regional e nacional? 4. Quais seriam as aspirações políticas desta nova burguesia rural em processo de urbanização? 5. Na medida em que esta nova burguesia rural confronta-se politicamente com o poder estabelecido no município sede (ou talvez com ele fazendo acordos, na responsabilidade de divisão de interesses) e conseguindo criar novos municípios, efetiva-se realmente a conquista de seu espaço de comando?

O surgimento de doze (12) novos municípios no Rio Grande do Sul, entre Maio de 1981 e Maio de 1982, como objeto empírico, parece satisfazer à idéia de estudarmos as cidades embrionárias. Os ex-distritos de Jóia, Fortaleza dos Valos e Salto Grande do Jacuí, além de Ibirapuitã em Soledade (que continua tramitando seu processo), localizados no Planalto Gaúcho, pareceram-nos, por motivos de localização e situação (a faixa de transição entre as colônias e o campo) as mais apropriadas para o estudo da cidade embrionária no Rio Grande do Sul.

Por motivos de tempo e recursos, tornou-se viável inicialmente, apenas explorar "Vila Jóia" no decorrer do ano de 1981. Em 1982, com a emancipação do distrito, confirmadas as tendências que se observavam nas pesquisas de campo, Jóia torna-se agora objeto de atenção mais efetiva. Tentar-se-á levar a pesquisa, especificamente, neste novo município.

Durante o ano de 1981** realizaram-se excursões de caráter exploratório em Jóia, aplicação de questionários na cidade de Tupanciretã, bem como a investigação de documentos referentes ao então distrito na Assembléia Legislativa em Porto Alegre. Em Jóia, busca mos contactar com a comunidade, levantar informações as mais diversas possíveis e documentação em geral (principalmente aquele rela-

** Colaboraram nestas tarefas, realizadas enquanto trabalhávamos na FIDENE-I-JUI, o Prof. Danilo Lazarotto nos levantamentos históricos e Jader Teixeira na tomada de fotos e diapositivos em Jóia. Rejane Pasquotto, aluna do Curso de Geografia, então matriculada na disciplina de Metodologia da Pesquisa em Geografia, colaborou na aplicação de questionários na cidade de Tupanciretã, junto a diversos estabelecimentos. Registrem-se aqui os devidos agradecimentos.

tiva à tentativa de emancipação no ano de 1963), bem como tomar fotos do núcleo principal e dos núcleos menores. Procuramos registrar a história oral da comunidade, entrevistando aos mais idosos e àqueles que formaram a Comissão Emancipacionista de 1962-1963. Em Tupanciretã, procedeu-se a levantamento de dados, procurando captar, dentre outros fenômenos, a dinâmica econômica do núcleo e da área no espaço relativo a Tupanciretã. O mesmo procedimento adotou-se em relação a Augusto Pestana e Ijuí. Procuramos também detectar o tipo de atendimento dispensado pela Prefeitura Municipal de Tupanciretã ao então distrito.

Devemos esclarecer que esta tomada de dados e documentação as sumiu um caráter exploratório para verificar a viabilidade de pesquisa numa área que praticamente não tem dados secundários, devido sua condição de vila ainda em 1981 e município novo em 1982. Desta forma, não houve, neste primeiro momento, uma preocupação maior de testar hipóteses. Estas, como indagações acima colocadas, devem sofrer um refinamento para, então evidenciar empiricamente a preocupação teórica.

Sob a perspectiva teórica acima exposta, vêem-se boas possibilidades de trabalhar o problema da produção e apropriação do espaço na urbanização do campo nos núcleos escolhidos. Sua situação geográfica, na faixa litorânea entre campo e colônia, colocando no mesmo plano os interesses das duas co-sociedades rurais no Rio Grande do Sul (a tradicional, os pecuaristas do campo e a colonial, os agricultores de minifúndios, ambos metamorfoseados em granjeiros, empresários rurais ou pequenos produtores) por si só deverão demonstrar uma nova vida de relações, através do capital no campo, homogeneizando, via produção para o grande mercado de exportação as áreas coloniais como as pecuárias, e que agora, como novos municípios, deverão integrar-se, o mais rapidamente possível, à atual dinâmica da sociedade brasileira de economia dependente e de espaço transnacionalizado.

ANEXO - Os 12 novos municípios no Rio Grande do Sul, legislação de criação e municípios de origem:

MUNICÍPIO NOVO	LEGISLAÇÃO	MUNICÍPIOS DE ORIGEM
1. Teutônia	Lei nº 7.542 - 05.10.81	Estrêla
2. Capão da Canoa	" 7.638 - 12.04.82	Osório
3. Farobá	" 7.648 - 03.05.82	Taquara
4. Fortaleza dos Valos	" 7.648 - 03.05.82	Cruz Alta
5. Capão do Leão	" 7.647 - 03.05.82	Pelotas
6. Cotiporã	" 7.652 - 12.05.82	Veranópolis
7. Bom Princípio	" 7.653 - 12.05.82	S. Sebastião do Cai
8. Palmares do Sul	" 7.654 - 12.05.82	Osório
9. Charqueadas	" 7.645 - 28.04.82	São Jerônimo
10. Ijauaras	" 7.655 - 12.05.82	Mostardas
11. Jóia	" 7.656 - 12.05.82	Tupanciretã
12. Salto do Jacuí	" 7.657 - 12.05.82	Espumoso

FONTE: Comissão de Constituição e Justiça - Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.